



A ATUAÇÃO DO BRASIL NA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DO MERCOSUL

Daniele Silva de Moura

Leonardo de Carvalho Alves

Curso: História Período: 8º Área de Pesquisa: Ciências Humanas

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel desempenhado pelo Brasil na integração latino-americana, destacando os desafios enfrentados e as perspectivas no contexto do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A pesquisa, de natureza básica, abordagem qualitativa e caráter descritivo, foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com base em obras publicadas entre 2010 e 2025. A metodologia fundamenta-se na análise de conteúdo e na análise temática, buscando compreender como o Brasil contribuiu para o fortalecimento do bloco, bem como os desafios e perspectivas dessa atuação. Os resultados evidenciam que o país exerceu papel central na formação e consolidação do Mercosul, assumindo posição de liderança política e econômica, ainda que permeada por limitações estruturais e conjunturais. Verificou-se que instabilidades políticas internas, assimetrias econômicas entre os países-membros e a ausência de mecanismos supranacionais eficazes dificultaram o avanço para uma integração plena. A análise aponta também que a política externa brasileira oscilou entre o protagonismo cooperativo e a retração diplomática, refletindo mudanças nos contextos políticos nacionais. Conclui-se que o futuro do Mercosul e da integração latino-americana depende da capacidade do Brasil de exercer uma liderança cooperativa, pautada na solidariedade, na sustentabilidade e na construção de uma governança regional mais participativa, capaz de equilibrar desenvolvimento econômico, estabilidade política e integração territorial.

Palavras-chave: Integração regional. Brasil. Mercosul. Política externa brasileira. América Latina.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, entre 1991 e 2025, a integração latino-americana constitui um dos grandes desafios e, ao mesmo tempo, uma das principais perspectivas de fortalecimento regional no século XXI. Nesse cenário, o Brasil, maior país da região em extensão territorial, população e economia, exerce papel estratégico no processo de cooperação política e econômica, especialmente por meio do Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado em 1991 para ampliar fluxos comerciais e consolidar a integração.

O estudo aqui desenvolvido insere-se no campo da História da América Latina ao investigar os desdobramentos do processo de integração regional no período pós-independência e seus desafios contemporâneos. Ao abordar o papel do Brasil no Mercosul, o artigo evidencia a permanência de questões históricas relacionadas à construção de identidades nacionais, à busca por autonomia política e à superação das desigualdades estruturais herdadas do passado colonial. Trata-se de uma análise interdisciplinar que articula História, Economia e Geopolítica para compreender como a integração latino-americana reflete dinâmicas históricas, econômicas e políticas que moldam o presente da região.

Diante desse contexto, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: como o Brasil tem contribuído para a integração latino-americana no âmbito do Mercosul, e quais são os principais obstáculos e possibilidades dessa atuação no cenário atual?

A hipótese que orienta o estudo considera que o Brasil exerce papel de protagonismo na integração latino-americana a partir de sua posição no Mercosul, mas enfrenta limitações impostas por instabilidades políticas internas, assimetrias econômicas entre os países do bloco e pela ausência de mecanismos institucionais robustos de governança regional, o que restringe avanços mais consistentes do Mercosul como projeto de integração plena.

Objetiva-se, com este estudo de revisão bibliográfica, analisar o papel desempenhado pelo Brasil na integração latino-americana, destacando desafios enfrentados e perspectivas futuras no contexto do Mercosul. Seus objetivos específicos incluem: descrever a história do Mercosul; apresentar um panorama da integração latino-americana e atuação do Brasil no Mercosul; identificar os principais desafios políticos, econômicos e territoriais que impactam a atuação brasileira no bloco; refletir sobre as consequências geopolíticas e econômicas da atuação do Brasil no Mercosul para o continente latino-americano; e, por fim, analisar a experiência recente do Brasil no âmbito do Mercosul e avaliar algumas das perspectivas de fortalecimento de sua liderança na integração regional latino-americana.

A relevância deste estudo reside na compreensão do papel geopolítico do Brasil no processo de integração latino-americana, especialmente no contexto do Mercosul, principal iniciativa regional das últimas décadas nesse sentido. A análise histórico-estrutural revela que o projeto integracionista reflete disputas de poder, interesses econômicos e estratégias de inserção internacional que moldam a posição do continente no sistema global. Investigar a trajetória e as perspectivas da liderança brasileira permite compreender não apenas os limites e potencialidades do regionalismo sul-americano, mas também os desafios de consolidação de uma ordem regional autônoma, cooperativa e capaz de enfrentar as assimetrias históricas da dependência latino-americana.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro descreve brevemente a história do Mercosul. O segundo capítulo apresenta um panorama histórico da integração latino-americana e analisa a atuação do Brasil na criação e desenvolvimento do Mercosul. A terceira parte examina os desafios políticos,

econômicos e territoriais que condicionam a atuação brasileira e limitam o aprofundamento da integração regional. Por fim, no quarto e último capítulo, analisa a experiência recente e as perspectivas brasileiras para a integração e liderança política e econômica na América Latina, com ênfase nas dimensões geopolíticas, econômicas e sustentáveis do Mercosul.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo parte do princípio de que a pesquisa científica deve oferecer instrumentos sistemáticos e rigorosos para a compreensão dos fenômenos sociais, possibilitando a construção de explicações consistentes com os objetivos e a questão investigada. Conforme Gil (2019), a metodologia compreende o conjunto de métodos e procedimentos que orientam o pesquisador na busca de respostas para o problema de pesquisa, garantindo precisão, coerência e credibilidade aos resultados obtidos.

Considerando o problema em análise — compreender como o Brasil contribuiu para a integração latino-americana no âmbito do Mercosul, bem como os principais obstáculos e perspectivas dessa atuação —, definiu-se que esta investigação é de natureza básica, de abordagem qualitativa, característica descritiva e procedimentos bibliográficos.

A pesquisa é classificada como básica porque tem como finalidade ampliar o conhecimento teórico sobre o papel do Brasil nos processos de integração regional, sem a intenção de aplicação prática imediata. Caracteriza-se como descritiva, pois busca observar, interpretar e compreender as características do objeto estudado sem manipulação de variáveis, descrevendo o contexto histórico, político e econômico do Mercosul e a participação brasileira em seu desenvolvimento.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo é bibliográfico, conforme Marconi e Lakatos (2017). Foram analisados livros, artigos, dissertações, teses e textos jornalísticos relacionados à integração latino-americana, ao Mercosul, à política externa brasileira e à economia regional atual. A seleção das fontes priorizou materiais publicados entre 2010 e 2025, disponíveis em bases acadêmicas como Google Scholar, SciELO e o Portal de Periódicos da CAPES.

A análise dos dados foi conduzida por meio das técnicas de análise de conteúdo e análise temática, com o objetivo de identificar padrões, contradições e tendências interpretativas nas obras consultadas. A leitura comparativa entre autores permitiu a elaboração de interpretações próprias, articulando fundamentos teóricos aos objetivos do estudo e assegurando coerência entre método, problema e resultados.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Uma breve história do Mercosul

O processo de formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) representa um dos mais significativos esforços de integração regional na América Latina contemporânea. Sua trajetória está marcada por antecedentes históricos longos, tentativas anteriores de cooperação econômica e política entre os países do Cone Sul e, posteriormente, por transformações estruturais decorrentes de mudanças internas e externas ao continente. Ao ser instituído formalmente em 1991, o Mercosul incorporou

um acúmulo de experiências de integração regional que remontam, no mínimo, à segunda metade do século XX, embora suas raízes políticas e econômicas possam ser identificadas desde o final do século XIX (Maringoni, 2011).

Durante as décadas iniciais do século XX, diversas iniciativas de integração comercial foram propostas na América Latina, ainda que muitas delas não tenham prosperado. A criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, foi uma das primeiras tentativas concretas de estabelecer uma zona de livre comércio regional. O objetivo era reduzir gradualmente as tarifas alfandegárias entre os países participantes e, futuramente, alcançar uma união aduaneira. Entretanto, a rigidez dos mecanismos de liberalização e as assimetrias entre as economias inviabilizaram o projeto (Maringoni, 2011). Em 1980, a ALALC foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que trouxe instrumentos mais flexíveis de cooperação, permitindo acordos bilaterais e sub-regionais entre os países membros. Essa nova institucionalidade tornou-se a base jurídica para a posterior criação do Mercosul (Baumann, 2001).

O contexto político dos anos 1980 foi fundamental para a aproximação entre as economias da América do Sul. Com o fim dos regimes autoritários e o avanço dos processos de redemocratização, Brasil e Argentina passaram a defender políticas de cooperação econômica e de integração regional. A assinatura da Declaração de Iguazu, em 1985, entre os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, simbolizou o primeiro passo concreto rumo à formação de um mercado comum. Esse acordo bilateral, voltado à harmonização de políticas industriais e comerciais, foi essencial para consolidar a confiança política entre os dois países e para criar as bases institucionais do futuro bloco regional (Santos et al., 2019).

O passo definitivo ocorreu em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O tratado estabeleceu os objetivos fundamentais do Mercosul: a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; a eliminação de tarifas alfandegárias internas; a criação de uma Tarifa Externa Comum (TEC); e a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes. Além disso, previu o compromisso de harmonização das legislações nacionais para fortalecer o processo de integração. Em 1994, o Protocolo de Ouro Preto conferiu personalidade jurídica de direito internacional ao bloco, consolidando sua estrutura institucional e definindo seus principais órgãos decisórios: o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM) (Soares Filho, 2009).

De acordo com Baumann (2001), o início dos anos 1990 foi marcado por uma fase de otimismo em relação à integração regional. Os fluxos de comércio intrazona cresceram de maneira significativa, e o Mercosul se tornou uma das experiências de integração mais bem-sucedidas do hemisfério sul. O autor observa, contudo, que o rápido aumento das trocas comerciais também evidenciou as assimetrias econômicas entre os membros, especialmente entre Brasil e Paraguai. Para atenuar essas desigualdades, surgiram mecanismos de compensação, como o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), criado para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento social.

Paulo Roberto de Almeida (2011a) destaca que o Mercosul nasceu sob o predomínio de uma visão econômica pragmática, centrada na liberalização comercial e na abertura dos mercados nacionais. Todavia, o bloco rapidamente passou a ser influenciado por dimensões políticas e simbólicas, adquirindo uma função de afirmação regional diante do avanço da globalização e das tentativas de hegemonia comercial dos Estados Unidos. O autor ressalta que, desde suas origens, o Mercosul oscilou entre o

ideal integracionista e as dificuldades derivadas da falta de coordenação macroeconômica e de mecanismos supranacionais de decisão.

Com a virada dos anos 2000, o bloco experimentou uma inflexão política. Almeida (2011b) argumenta que, nesse período, o Mercosul passou a se desviar parcialmente de seus objetivos primordiais, transformando-se em um espaço de expressão ideológica e diplomática. O ingresso da Venezuela, em 2005, e as propostas de integração social e cultural refletiram essa nova orientação. Embora tais avanços tenham ampliado o escopo político do bloco, também contribuíram para tensões internas e para a desaceleração dos compromissos econômicos originais.

A análise de Baumann (2001) complementa essa visão ao indicar que, apesar dos desafios, o Mercosul consolidou ganhos concretos, especialmente na expansão do comércio regional e na criação de um ambiente de estabilidade política e institucional no Cone Sul. O autor reconhece, entretanto, que a integração produtiva e a harmonização de políticas continuam limitadas por fatores estruturais, como a heterogeneidade das economias e as diferentes estratégias nacionais de desenvolvimento. Esses fatores explicam, em parte, o caráter intergovernamental do bloco e a ausência de um direito comunitário plenamente consolidado.

No plano jurídico e institucional, o bloco evoluiu gradualmente. O Protocolo de Olivos, aprovado em 2002, instituiu o Tribunal Permanente de Revisão, mecanismo destinado à solução de controvérsias e à uniformização das interpretações normativas. Segundo Soares Filho (2009), esse avanço representou um passo importante para a consolidação de um sistema jurídico regional, embora ainda distante da estrutura supranacional observada em experiências como a da União Europeia. Os autores também destacam a relevância de órgãos como o Parlamento do Mercosul (Parlasul) e o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES), que ampliaram a participação cidadã e social nas deliberações do bloco.

O documento institucional do Mercosul (2005) reforça que, além da dimensão econômica, o bloco busca promover princípios democráticos, de desenvolvimento sustentável e de integração social. Essa ampliação de propósitos reflete uma visão mais abrangente da integração regional, que ultrapassa o comércio e abarca também a cultura, os direitos humanos e a cooperação científica e tecnológica. A partir de meados da década de 2000, o Mercosul consolidou acordos com países e organismos de diferentes continentes, projetando-se como ator regional relevante.

Apesar dos avanços, a trajetória do Mercosul permanece marcada por contradições. Santos et al. (2019) observam que as divergências políticas entre os governos nacionais, associadas à instabilidade econômica de alguns membros, frequentemente comprometem a coerência interna do bloco. Ainda assim, o Mercosul segue como um dos projetos de integração mais duradouros da América Latina, preservando sua função geopolítica de fortalecer a soberania regional e de oferecer alternativas coletivas diante da assimetria global.

Ao longo de mais de três décadas de existência formal, o Mercosul passou de um projeto predominantemente econômico a uma iniciativa multidimensional, que articula dimensões políticas, sociais e culturais. Embora ainda enfrente desafios relacionados à efetividade institucional e à coordenação de políticas, o bloco representa um marco histórico da cooperação sul-americana. Sua evolução reflete o percurso das próprias sociedades latino-americanas em busca de autonomia, desenvolvimento e integração solidária (Almeida, 2011a; Almeida, 2011b; Baumann, 2001; Santos et al., 2019).

Hoje em dia, o Mercosul é um dos maiores e mais importantes blocos econômicos mundiais. Alguns dados recentes, da década de 2020, ajudam a embasar

melhor essa afirmação. O bloco formado por países sul-americanos apresenta um PIB total de aproximadamente US\$ 2,97 trilhões, o que o posiciona como a quinta maior economia do mundo. Esse desempenho econômico, vale destacar, é majoritariamente impulsionado pelo Brasil, responsável por cerca de 73% do PIB total do grupo. Juntos, os membros do bloco respondem por aproximados 73% do território da América do Sul (12,98 milhões de km²) e, além disso, o Mercosul constitui um mercado integrado com mais de 295 milhões de habitantes, quase 70% da população total da América do Sul, o que reforça ainda mais sua relevância tanto no cenário regional quanto global, destacando-se como um importante polo de cooperação econômica, comercial e política na América do Sul (Brasil, 2025; Ferrari; Benevides, 2023; FMI, 2025).

Tabela 1 - PIB dos países membros do Mercosul - US\$ Bilhões correntes (2024)

País	PIB (Bi US\$)	Participação no PIB do Mercosul (%)
Brasil	2.171,34	72,94%
Argentina	632,145	21,23%
Uruguai	80,961	2,72%
Bolívia	48,404	1,63%
Paraguai	43,989	1,48%
Total	2.976,84	100%

Fonte: FMI. Perspectivas da Economia Mundial: abril de 2025. Criado pelo autor.

Como observado, os atuais Estados partes do Mercosul — Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia¹ — apresentam diferenças econômicas significativas, com o Brasil liderando em PIB e população, sendo a principal potência do bloco. A Argentina destaca-se por sua produção agrícola e industrial, mas enfrenta desafios econômicos persistentes, como inflação elevada e endividamento. Paraguai e Uruguai possuem economias menores e menos industrializadas, mas têm apresentado estabilidade macroeconômica e crescimento estável nos últimos anos.

Em termos sociais e culturais, os países membros do Mercosul compartilham uma profunda herança histórica marcada pela colonização ibérica, pelo predomínio das línguas espanhola e portuguesa e por fortes tradições comunitárias. Apesar dessas semelhanças, cada nação apresenta rica diversidade interna, resultante da interação entre populações indígenas, europeias, africanas e migrantes contemporâneos. Essa pluralidade se expressa nas manifestações artísticas, culinárias, religiosas e linguísticas, que refletem tanto influências locais quanto globais. Tais características fortalecem o sentido de identidade regional e contribuem para a construção de uma integração cultural que sustenta, em paralelo, os processos econômicos e políticos do bloco.

¹ Segundo informações disponíveis na página on-line oficial do Mercosul, O Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul foi assinado por todos os Estados Partes em 2015. O Instrumento de Ratificação foi entregue pela Bolívia em julho de 2024 e tem um prazo de até 4 anos para incorporar o acervo normativo do bloco. Assim, a Bolívia foi incorporada como membro pleno do bloco.

Por fim, nota-se que a trajetória do Mercosul evidencia o esforço contínuo de seus membros em equilibrar interesses econômicos, políticos e sociais em prol de uma integração mais profunda e solidária. Apesar das assimetrias estruturais e das oscilações políticas que permeiam sua história, o bloco consolidou avanços relevantes na construção de uma identidade regional e na promoção de valores democráticos, culturais e de cooperação. O ingresso e a participação ativa de países como a Bolívia — bem como de Estados associados como Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname — ampliam a representatividade do projeto e reforçam sua vocação inclusiva e plural. Assim, o Mercosul mantém-se como um espaço estratégico para o fortalecimento da soberania latino-americana, simbolizando a persistente busca por unidade, desenvolvimento e justiça social no continente.

3.2 Panorama da integração latino-americana e atuação do Brasil no Mercosul

A integração latino-americana constitui um processo histórico complexo, marcado por avanços, retrocessos e redefinições conforme o contexto político e econômico de cada período. Desde o século XIX, as ideias de união entre os povos da América Latina estiveram associadas ao ideal de independência e à busca por autonomia frente às potências coloniais. No entanto, esse projeto de unidade sempre se defrontou com desafios estruturais, como a fragmentação política e territorial, as desigualdades econômicas e a herança de dependência externa. A atuação do Brasil nesse processo reflete tanto seu peso geopolítico regional quanto as contradições de sua política externa, oscilando entre momentos de protagonismo e períodos de retração diplomática.

De acordo com Silva Santiago (2019), as origens da integração latino-americana remontam às lutas de independência do século XIX, quando líderes como Simón Bolívar vislumbravam a formação de uma confederação de repúblicas latino-americanas. A proposta bolivariana, consolidada no Congresso Anfictiônico do Panamá (1826), pretendia assegurar a soberania regional e construir um bloco político que pudesse se contrapor às potências europeias e à influência crescente dos Estados Unidos. Contudo, divergências internas entre as elites locais e as distintas trajetórias políticas de cada país impediram a concretização dessa visão unitária. Como observa Prado (1986), os interesses regionais das classes dominantes prevaleceram sobre a solidariedade continental, resultando em Estados nacionais voltados à manutenção da ordem interna e à defesa de projetos políticos particulares.

Durante o século XX, novas tentativas de integração emergiram sob diferentes contextos históricos. A criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1948 representou um marco decisivo para o regionalismo latino-americano. Sob influência do pensamento de Raúl Prebisch, a CEPAL propôs a substituição de importações e a cooperação econômica entre os países da região como forma de romper com a dependência estrutural dos centros industrializados (Vuono; Iglecias, 2023). Essa proposta, conhecida como regionalismo desenvolvimentista, articulava a industrialização nacional com políticas de integração produtiva, baseadas na complementaridade econômica. O Brasil aderiu parcialmente a essa visão, buscando fortalecer seu parque industrial e promover uma inserção internacional menos subordinada.

Nas décadas de 1960 e 1970, consolidou-se um regionalismo de caráter institucional, impulsionado por organismos como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e, posteriormente, a Associação Latino-Americana de

Integração (ALADI). Contudo, essas iniciativas esbarraram em assimetrias econômicas e em projetos nacionais divergentes. O Brasil, embora participativo, adotou postura pragmática, priorizando acordos que favorecessem seus interesses industriais e comerciais (Vuono; Iglecias, 2023). A integração, nesse período, permaneceu mais como um ideal político do que uma realidade econômica.

Com o fim das ditaduras militares e a redemocratização na década de 1980, um novo ciclo de cooperação se iniciou. Onuki (2023) destaca que a restauração democrática nos países do Cone Sul, especialmente no Brasil e na Argentina, criou condições políticas favoráveis à retomada da confiança mútua e ao diálogo regional. O contexto pós-Guerra Fria e as reformas neoliberais da década de 1990 favoreceram a emergência do chamado regionalismo aberto, voltado para a liberalização comercial e a inserção competitiva no mercado global. Nesse ambiente, em 26 de março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), integrado inicialmente por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Segundo Lopes, Faria e Gonçalves (2023), o Tratado de Assunção propunha a constituição de um mercado comum, caracterizado pela livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, pela adoção de uma tarifa externa comum e pela coordenação de políticas macroeconômicas. No entanto, na prática, o bloco consolidou-se como uma união aduaneira imperfeita², uma vez que não atingiu plenamente os objetivos de integração previstos. Diversos autores (Kume; Piani, 2005; Menezes, 2002; Varela, 2019; Lopes et al., 2023) convergem na avaliação de que o Mercosul permaneceu bastante limitado por dificuldades estruturais e pela ausência de mecanismos supranacionais efetivos. Assim, o bloco teria evoluído mais como um espaço de livre comércio regional do que como um mercado comum plenamente integrado como sugere seu nome.

O papel do Brasil na formação e consolidação do Mercosul foi determinante. Onuki (2023) observa que, devido à sua dimensão territorial, ao peso econômico e à capacidade diplomática, o país assumiu a liderança natural do processo. Essa liderança, contudo, oscilou entre o engajamento cooperativo e o predomínio de interesses nacionais. Nos anos 1990, a política externa brasileira buscou consolidar o Mercosul como eixo central de sua inserção internacional, equilibrando a abertura comercial com a manutenção da autonomia decisória. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o bloco funcionou como plataforma de estabilidade regional e de projeção diplomática, embora subordinado à lógica econômica liberal da época (Vuono; Iglecias, 2023).

Nos primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), a integração regional ganhou novo impulso e conteúdo político. Oliveira e Mendes (2024) apontam que a política externa ativa e altiva adotada nesse período ampliou a presença do Brasil na América do Sul, valorizando o diálogo político, a cooperação cultural e a integração social. O governo brasileiro buscou transformar o Mercosul em um instrumento de fortalecimento da soberania regional e da inserção internacional autônoma, além de fomentar iniciativas culturais, como a criação da *TV Brasil Integración* (2004), voltada a promover a integração e a política externa do país na América do Sul. Essa diplomacia

² Uma união aduaneira imperfeita, como o Mercosul, é um bloco econômico onde os países membros adotam uma Tarifa Externa Comum (TEC) para importações de fora do bloco, mas falham em garantir a completa e irrestrita livre circulação de bens dentro do próprio bloco. A “imperfeição” se manifesta devido a uma série de exceções à TEC, barreiras não-tarifárias e falta de harmonização de políticas, o que impede a plena integração econômica e a igualdade de condições entre os parceiros comerciais.

cultural reforçou o papel do Brasil como promotor de integração e articulador de políticas voltadas ao Sul Global.

Durante os governos seguintes, entretanto, o bloco enfrentou um processo de enfraquecimento político. Dri e Ferrari (2025) mostram que, nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, entre 2016 e 2022, houve reorientação das prioridades da política externa brasileira. O foco deslocou-se do regionalismo político para pautas estritamente comerciais, com redução do diálogo entre os países e retração das instâncias multilaterais, como a UNASUL³ e a CELAC⁴. Esse período foi marcado pela tentativa de “despolitização” do Mercosul e pelo distanciamento do Brasil de projetos de integração mais amplos, o que afetou a credibilidade e a coesão do bloco. Ainda assim, os autores observam que o regionalismo latino-americano demonstrou resiliência, sobrevivendo à sua maior crise desde o fim da Guerra Fria.

Nos anos recentes do terceiro governo Lula (2023–presente), o Mercosul voltou ao centro da política externa brasileira. O Itamaraty revalorizou a concertação política, a agenda social e cultural e a cooperação em infraestrutura, energia e cadeias produtivas regionais. O Brasil buscou recompor confiança entre os membros, defender maior autonomia estratégica do bloco e negociar com pragmatismo o acordo Mercosul–União Europeia, condicionando-o a salvaguardas industriais, ambientais e compras governamentais. Com uma diplomacia presidencial ativa, o governo tem buscado reativar o diálogo político e reforçar a dimensão social e ambiental do bloco, priorizando a cooperação em transição energética, inclusão produtiva e infraestrutura sustentável. Essa nova fase procura equilibrar o comércio com o desenvolvimento regional, reafirmando o compromisso do Brasil com um Mercosul mais dinâmico, autônomo e voltado à defesa dos interesses coletivos da América do Sul.

A análise histórica permite compreender que o Mercosul se consolidou como o principal mecanismo de integração sul-americana, ainda que sujeito a contradições internas. Vuono e Iglecias (2023) argumentam que o bloco é um espaço de disputa entre diferentes projetos de integração: de um lado, a vertente neoliberal, vinculada ao regionalismo aberto e à ênfase comercial; de outro, a vertente pós-liberal ou pós-hegemônica, que propõe uma integração multidimensional, incorporando dimensões sociais, culturais e participativas. Essa dualidade explica por que o Mercosul alterna períodos de avanço institucional com momentos de estagnação política.

No contexto contemporâneo, o Brasil continua a exercer papel central na manutenção e redefinição do Mercosul. Pinto (2023) destaca que, apesar das crises políticas e da volatilidade econômica, o país permanece como principal financiador e interlocutor diplomático do bloco. Contudo, a adesão social e a participação de outros atores — como empresas, sindicatos e organizações civis — ainda são limitadas, revelando um descompasso entre o incentivo estatal e o engajamento social. Essa lacuna reforça a percepção de que a integração regional, embora relevante no discurso político, ainda carece de efetividade na prática cotidiana dos povos latino-americanos.

A trajetória histórica do Mercosul, portanto, reflete tanto as contradições estruturais da América Latina quanto a própria ambiguidade da liderança brasileira. Por um lado, o Brasil foi o principal impulsionador do bloco, atuando como mediador político e articulador econômico. Por outro, sua política externa, frequentemente condicionada por conjunturas internas e interesses setoriais, impediu a construção de uma liderança efetivamente compartilhada e solidária. A consolidação do Mercosul como união aduaneira depende não apenas da coordenação econômica, mas da vontade política

³ União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

⁴ Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

de seus membros em fortalecer mecanismos de decisão conjunta e de participação cidadã.

Conclui-se que a integração latino-americana e o papel do Brasil no Mercosul devem ser compreendidos como parte de um processo histórico em constante reconstrução. O regionalismo latino-americano, em suas múltiplas fases — desenvolvimentista, aberto e pós-liberal —, expressa a busca contínua por autonomia, equidade e cooperação. O Brasil, ao longo desse percurso, tem oscilado entre ser protagonista e espectador. O desafio atual consiste em transformar sua capacidade econômica e diplomática em uma liderança cooperativa, capaz de promover um Mercosul mais coeso, democrático e voltado à integração dos povos.

3.3 Desafios políticos, econômicos e territoriais da atuação brasileira no Mercosul rumo à integração latino-americana

A consolidação da integração latino-americana tem sido um dos mais persistentes projetos políticos do continente, atravessando ciclos históricos de aproximação e retrocesso. Desde as independências do século XIX, a ideia de uma unidade regional acompanhou o pensamento político das elites latino-americanas, embora a realidade concreta tenha se mostrado fragmentada e marcada por disputas territoriais e pela ausência de um projeto político comum (Santiago, 2019). Nesse contexto, o Brasil assumiu papel central, tanto pela dimensão territorial e econômica quanto pela projeção diplomática, configurando-se como ator indispensável na formação e manutenção do Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado em 1991 pelo Tratado de Assunção. Entretanto, a trajetória do bloco revela que a atuação brasileira esteve sujeita a desafios políticos, econômicos e territoriais que limitaram o avanço rumo a uma integração efetivamente latino-americana.

O processo de integração regional na América do Sul emergiu em meio à necessidade de superação do isolamento econômico e político imposto pela nova ordem internacional pós-Guerra Fria. No caso do Mercosul, buscava-se não apenas a criação de uma área de livre comércio e de uma união aduaneira, mas também a consolidação de uma identidade regional que conferisse autonomia às economias do Sul diante das potências centrais (Santiago, 2019). Contudo, desde o início, o bloco enfrentou o dilema de sua classificação entre os modelos de integração econômica. Estudos recentes apontam que o Mercosul permanece uma união aduaneira imperfeita, marcada por assimetrias produtivas e políticas que impedem sua plena transformação em mercado comum (Lopes; Faria; Gonçalves, 2023). As diferenças estruturais entre os países-membros e a ausência de mecanismos supranacionais eficazes dificultam o avanço para estágios mais profundos de integração.

O papel do Brasil nesse cenário é ambivalente. Por um lado, o país foi o principal impulsionador do processo de integração, especialmente durante os governos democráticos da década de 1990 e no início do século XXI, quando sua diplomacia buscou projetar liderança regional. Por outro, a condução da política externa brasileira oscilou entre a busca por protagonismo e o retraimento diante de crises internas e mudanças de governo. Como destaca Onuki (2023), o Brasil sempre compreendeu a cooperação regional como instrumento de inserção internacional e de fortalecimento de sua liderança, mas essa postura exigia estabilidade política interna e continuidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do bloco. A interrupção desses esforços em momentos de crise política comprometeu a credibilidade brasileira como líder regional e reduziu sua capacidade de articulação no âmbito do Mercosul.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), o Brasil adotou uma política externa ativa e assertiva, na qual a integração sul-americana foi vista como eixo estratégico de sua projeção internacional. Essa diretriz não se restringiu ao campo econômico, abrangendo também dimensões culturais e comunicacionais, exemplificadas pela criação da TV Brasil Integración, concebida como instrumento de diplomacia cultural voltado à aproximação dos povos sul-americanos e à valorização da identidade regional (Oliveira; Mendes, 2024). Essa política cultural reforçava a ideia de que a integração não deveria ser apenas comercial, mas também simbólica, com base na solidariedade e no reconhecimento mútuo das diversidades culturais latino-americanas. Ainda assim, a descontinuidade dessas iniciativas após 2010 revelou a vulnerabilidade do projeto de integração às mudanças de orientação política dos governos nacionais.

A dimensão política da atuação brasileira no Mercosul também foi afetada pelo descompasso entre o incentivo estatal e a adesão social. Embora o Estado brasileiro tenha investido na institucionalização de mecanismos de cooperação, a sociedade civil e o setor privado demonstraram limitada participação nos processos decisórios do bloco. A ausência de um envolvimento mais amplo da sociedade e dos atores econômicos enfraqueceu o sentido de pertencimento regional e restringiu o alcance político do projeto integracionista (Pinto, 2023). Essa falta de capilaridade social contribuiu para a percepção de que o Mercosul é uma iniciativa predominantemente estatal e elitizada, distante das preocupações concretas das populações.

Nos últimos anos, os desafios políticos à integração foram agravados pela reorientação da política externa brasileira durante os governos de Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022). Nesse período, observou-se uma inflexão nas prioridades do Itamaraty, com a ênfase em pautas comerciais em detrimento das dimensões sociais e políticas do regionalismo (Dri; Ferrari, 2025). As autoras apontam que houve tentativa de apagar a memória institucional de experiências como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), bem como um afastamento do diálogo multilateral promovido pela Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Tal postura resultou em um esvaziamento das instâncias regionais e em um enfraquecimento do próprio Mercosul como plataforma de coordenação política. A política externa brasileira, historicamente marcada pela busca de equilíbrio e diálogo, cedeu espaço a um discurso nacionalista e de confrontação, comprometendo a credibilidade diplomática do país na região.

Do ponto de vista econômico, a integração regional enfrenta limitações derivadas das disparidades estruturais entre as economias dos países-membros. O Brasil, por concentrar cerca de 70% do PIB do bloco, assume posição dominante, o que gera tensões quanto à distribuição de benefícios e custos. Essa assimetria cria percepções de dependência entre os parceiros menores, como Paraguai e Uruguai, e alimenta demandas por maior flexibilidade nas regras de comércio intrarregional. Como observa Vuono e Iglesias (2023), o Mercosul é um campo de disputa entre projetos neoliberais de regionalismo aberto, voltados à liberalização comercial, e projetos reformistas de regionalismo pós-liberal, que buscam uma integração multidimensional, incorporando agendas sociais e participativas. O Brasil, ao oscilar entre esses dois paradigmas, revela as ambiguidades de sua política econômica externa e sua dificuldade em conciliar interesses nacionais com os compromissos regionais.

Os desafios territoriais da atuação brasileira no Mercosul também merecem destaque. O Brasil compartilha fronteiras com quase todos os países da América do Sul, o que lhe confere uma posição geoestratégica privilegiada, mas também o expõe a tensões históricas relacionadas a disputas fronteiriças, fluxos migratórios e

assimetrias de infraestrutura. A carência de políticas integradas de desenvolvimento fronteiriço e de investimentos em conectividade física tem limitado a efetivação da integração territorial. Ainda que iniciativas como o Conselho de Infraestrutura do Mercosul e o IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) tenham buscado enfrentar essas lacunas, os resultados permaneceram fragmentados e descontinuados. A falta de coerência entre os planos nacionais e as metas regionais tem sido um obstáculo recorrente à construção de um espaço territorial verdadeiramente integrado (Onuki, 2023).

Apesar das dificuldades, a resiliência do regionalismo latino-americano é evidente. Mesmo após o declínio de organismos como a UNASUL e a retração do Mercosul durante a pandemia de Covid-19, novas tentativas de revitalização surgiram, em especial com a reativação da CELAC a partir de 2021. Esse movimento indica que, embora a integração regional seja cíclica e permeada por crises, ela permanece como horizonte estratégico de longo prazo para os países do continente (Dri; Ferrari, 2025). No caso brasileiro, a retomada de uma política externa orientada ao multilateralismo e à cooperação pode representar um caminho para reverter o enfraquecimento institucional e restaurar a confiança regional.

Em síntese, os desafios políticos, econômicos e territoriais que marcam a atuação brasileira no Mercosul revelam a complexidade de um processo de integração que vai além das dimensões comerciais. Politicamente, o Brasil enfrenta o dilema entre exercer liderança e respeitar a autonomia dos parceiros; economicamente, lida com a responsabilidade de equilibrar sua hegemonia produtiva com a necessidade de coesão regional; territorialmente, convive com as dificuldades de infraestrutura e integração física que comprometem a circulação de bens e pessoas. Como argumenta Silva Santiago (2019), o Mercosul é resultado da necessidade de sobrevivência coletiva frente à nova ordem mundial, mas seu sucesso depende da capacidade dos países-membros — sobretudo do Brasil — de superar as contradições históricas que fragmentam a América Latina.

O futuro da integração regional dependerá, portanto, da construção de uma visão compartilhada de desenvolvimento que una estabilidade política, complementaridade econômica e integração territorial. A liderança brasileira poderá novamente desempenhar papel central, desde que ancorada em políticas consistentes e em um compromisso real com a democratização do processo integracionista. Somente assim o Mercosul poderá consolidar-se como instrumento de coesão latino-americana e o Brasil reafirmar-se como protagonista de um projeto histórico de unidade continental.

3.4 Perspectivas brasileiras para a integração regional e liderança na América Latina

O processo de integração regional na América Latina apresenta-se, atualmente, em uma encruzilhada que combina potencial promissor com desafios estruturais persistentes. A atuação do Brasil, em especial, ganha relevo como fator determinante não apenas para a maior coesão intrarregional, mas também para o reposicionamento do bloco latino-americano em fóruns globais. Neste contexto, torna-se imperativo analisar as perspectivas que se abrem para o aprofundamento da integração regional, para a ampliação do comércio intrabloco, para os acordos extrarregionais, para o fortalecimento da plataforma global e para a coordenação de políticas de transição energética e sustentabilidade ambiental — sempre com o Brasil em posição de protagonista nesse processo.

Nesse sentido, o aprofundamento da integração regional figura como uma das principais perspectivas para o futuro do Mercosul. A consolidação de um modelo institucional mais coeso é fundamental para superar as assimetrias entre os Estados-membros e evitar a dependência excessiva das conjunturas políticas domésticas. Pessoa e Souza (2021) destacam que o fortalecimento das políticas de fronteira e da cooperação territorial representa um avanço relevante na construção de uma identidade regional, especialmente porque articula dimensões econômicas, sociais e culturais da integração. O aprofundamento institucional deve, portanto, combinar eficiência decisória com mecanismos de solidariedade, garantindo que os benefícios econômicos da integração se traduzam em desenvolvimento social equilibrado.

O aprofundamento da integração regional no âmbito do Mercosul requer, todavia, a consolidação de instrumentos que ultrapassem a lógica meramente comercial e incorporem dimensões políticas e sociais mais estruturantes. A ausência de instituições supranacionais robustas limita a capacidade do bloco de formular políticas comuns duradouras, especialmente em áreas como infraestrutura, inovação e mobilidade laboral. Assim, o avanço da integração depende de uma governança regional capaz de promover coordenação política estável e de sustentar agendas de longo prazo, independentemente das oscilações internas de cada Estado-membro.

Além disso, a integração aprofundada pressupõe o fortalecimento da dimensão cidadã e participativa do Mercosul, tornando-o mais próximo das sociedades que o compõem. A ampliação de mecanismos de cooperação educacional, científica e tecnológica, aliada ao estímulo à circulação de pessoas e ideias, pode contribuir para a formação de uma consciência regional compartilhada. Tal perspectiva consolida o bloco não apenas como espaço econômico, mas como projeto político e civilizacional, comprometido com a promoção da democracia, da coesão social e do desenvolvimento sustentável no Cone Sul.

A ampliação do livre comércio intrabloco constitui outro dos pilares centrais do processo de integração econômica do Mercosul, refletindo o anseio de seus Estados-membros em consolidar um espaço econômico comum. A redução progressiva de barreiras tarifárias e não tarifárias tem se mostrado essencial para estimular a competitividade regional, dinamizar as cadeias produtivas e fortalecer o intercâmbio comercial. Nesse contexto, a harmonização normativa e a eliminação de entraves burocráticos são instrumentos fundamentais para garantir previsibilidade e eficiência nas transações, promovendo maior coesão econômica e institucional entre os países integrantes.

Paralelamente, o avanço na livre circulação de bens e serviços representa não apenas uma dimensão econômica, mas também um compromisso político de aprofundamento da integração regional. A consolidação desse processo demanda a superação de assimetrias estruturais e a implementação de políticas coordenadas que assegurem benefícios mais equitativos entre os membros. Assim, a harmonização regulatória e o aprimoramento dos mecanismos de facilitação comercial devem ser considerados instrumentos essenciais para reduzir assimetrias estruturais e fortalecer a coesão econômica entre os países-membros. Tal processo, ao ampliar a interdependência e a complementaridade produtiva, reforça o papel do Mercosul como agente relevante na construção de uma ordem econômica regional mais integrada e sustentável.

Dentre as principais perspectivas de fortalecimento do Mercosul no cenário internacional, podemos citar ainda a conclusão de acordos extrarregionais e extrabloco. O Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia, muito discutido nos últimos anos, simboliza essa tendência, buscando ampliar o acesso a mercados e

diversificar as relações comerciais dos países sul-americanos. Segundo Souza (2024), a formalização desse tratado representa um passo estratégico para a integração econômica, ao mesmo tempo em que impõe desafios internos, especialmente no cumprimento de cláusulas ambientais, trabalhistas e de direitos humanos necessárias à sua plena ratificação.

O acordo entre o Mercosul e a União Europeia representa uma das mais amplas e complexas negociações comerciais já conduzidas pelo bloco sul-americano. Trata-se de um tratado de livre comércio que visa reduzir tarifas e ampliar o acesso recíproco a mercados de bens, serviços e investimentos entre as duas regiões. Em termos econômicos, prevê-se que o Mercosul elimine tarifas sobre cerca de 91% das exportações europeias em até 15 anos, enquanto a União Europeia fará o mesmo para 92% dos produtos provenientes do Mercosul em um prazo de 10 anos (CNN Brasil, 2025). A magnitude dessas concessões revela o potencial do acordo para fortalecer o comércio, estimular investimentos e integrar as cadeias produtivas entre as duas regiões.

A dimensão geopolítica do acordo é destacada por Sanahuja (2020), que o interpreta como instrumento de reequilíbrio frente ao avanço de potências como Estados Unidos e China. Mais do que um tratado comercial, o pacto assume relevância política ao promover a autonomia estratégica de ambas as regiões e reafirmar o papel do Mercosul como ator relevante na governança global. Essa perspectiva também se insere na resposta regional à fragmentação do sistema multilateral de comércio, acentuando a busca por cooperação entre blocos com valores e interesses convergentes.

Contudo, a assimetria estrutural entre os blocos constitui obstáculo central à implementação equilibrada do acordo. Gonçalves e Paula (2021) observam que as diferenças econômicas e institucionais entre o Mercosul e a União Europeia, somadas à limitada inclusão de comunidades locais nas negociações, comprometem a efetividade das cláusulas de sustentabilidade. Essa disparidade amplia a necessidade de mecanismos de transparência e de fortalecimento institucional no Mercosul, de modo a assegurar que os ganhos do comércio não aprofundem desigualdades socioeconômicas e ambientais.

No contexto brasileiro, o setor agrícola desponta como principal beneficiário potencial da abertura comercial, com expectativa de expansão das exportações de carnes, frutas e açúcar (Vieira; Buainain; Contini, 2019). Entretanto, Bernhard (2023) adverte que os efeitos positivos tendem a se concentrar nos grandes produtores, enquanto persistem riscos de desindustrialização e de intensificação de problemas socioambientais. Assim, a conclusão de acordos extrarregionais, embora represente avanço estratégico, exige políticas internas de regulação, inovação produtiva e inclusão social que assegurem sua sustentabilidade de longo prazo.

Ainda que ansiado por ambas as partes, a conclusão do acordo tem sido repetidamente adiada por divergências políticas, econômicas e ambientais entre os blocos. As principais barreiras residem nas resistências internas da União Europeia — especialmente de países como França e Itália —, que temem a concorrência das exportações agrícolas do Mercosul e contestam as políticas ambientais da região, sobretudo no tocante ao desmatamento. Por outro lado, há também hesitações no Mercosul quanto às exigências europeias em áreas sensíveis, como compras governamentais, propriedade intelectual e sustentabilidade.

Apesar das tensões e discordâncias, há, hoje, uma expectativa concreta de assinatura do tratado até dezembro de 2025, já sinalizada por representantes de ambas as partes. Essa reaproximação decorre tanto da necessidade europeia de diversificar

parceiros comerciais quanto do interesse dos países do Mercosul em reposicionar-se diante das novas cadeias produtivas verdes e digitais. Assim, a conclusão do acordo UE–Mercosul, se confirmada, representará um marco histórico na integração extrarregional do bloco e uma oportunidade para o Brasil reafirmar sua liderança política e econômica no cenário internacional.

Além das dimensões comerciais e políticas, o futuro da integração latino-americana dependerá da incorporação de uma agenda comum voltada à transição energética e à sustentabilidade ambiental. Martins (2018) enfatiza que a integração regional não pode se restringir à esfera econômica: ela deve também promover condições sociais e ambientais mais equitativas, reduzindo assimetrias e assegurando trabalho digno e políticas sustentáveis. A crescente pressão internacional por práticas ambientais responsáveis, reforçada pelas cláusulas verdes dos novos acordos comerciais, torna imprescindível que o Mercosul desenvolva uma política coordenada de transição energética, voltada à diversificação das matrizes e à valorização das fontes renováveis. Para o Brasil, com sua experiência em biocombustíveis, energia hidráulica e, mais recentemente, hidrogênio verde, abre-se a possibilidade de liderar regionalmente esse processo, combinando diplomacia ambiental com competitividade tecnológica.

Enfim, observa-se, com o que foi dito, que as perspectivas futuras do Mercosul estão vinculadas à capacidade do bloco de se adaptar à nova ordem global e de construir um projeto de integração mais sólido, inclusivo e sustentável. A consolidação de um mercado regional integrado, a ampliação dos acordos comerciais e a incorporação de agendas verdes e sociais constituem os pilares de uma integração renovada. Para o Brasil, isso significa reafirmar-se não apenas como economia dominante, mas como mediador político e articulador de uma visão comum latino-americana, baseada em solidariedade, desenvolvimento e soberania compartilhada.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar o papel do Brasil na integração latino-americana, com ênfase em sua atuação no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), bem como identificar os principais desafios e perspectivas dessa atuação no contexto contemporâneo. Ao retomar o objetivo central, confirma-se que compreender o protagonismo brasileiro no processo integracionista é fundamental para avaliar não apenas a dinâmica política e econômica do bloco, mas também as possibilidades de construção de uma ordem regional mais coesa e autônoma.

A pesquisa revelou que o Mercosul consolidou-se, ao longo de mais de três décadas, como a mais duradoura e significativa experiência de integração na América do Sul. O Brasil, por sua vez, exerceu papel determinante em sua criação e manutenção, ora como mediador político, ora como articulador econômico. Contudo, verificou-se que o protagonismo brasileiro tem sido marcado por ambivalências: enquanto o país promoveu avanços institucionais e impulsionou iniciativas de cooperação regional, também enfrentou limitações derivadas de crises internas, descontinuidades políticas e assimetrias estruturais entre os Estados-membros. O bloco, ainda que importante, permanece uma união aduaneira imperfeita, com integração predominantemente comercial e institucionalidade restrita.

No que se refere à hipótese inicialmente proposta — de que o Brasil exerce papel de liderança no processo de integração, mas enfrenta entraves políticos e estruturais que limitam a consolidação do Mercosul como projeto de integração plena —, os

resultados confirmam sua validade. A liderança brasileira, embora estratégica, é condicionada pela falta de continuidade das políticas externas, pelas tensões ideológicas entre governos e pela ausência de mecanismos supranacionais eficazes. A análise histórica e bibliográfica reforça que a integração latino-americana depende tanto da estabilidade política interna dos países quanto da capacidade coletiva de transformar o discurso cooperativo em práticas institucionais duradouras.

Observou-se ainda que as limitações do Mercosul não se restringem ao campo econômico, mas abrangem dimensões políticas, sociais e territoriais. A escassa participação da sociedade civil e de atores produtivos no processo decisório revela um déficit de legitimidade e pertencimento regional. Além disso, as assimetrias econômicas entre os países-membros e a falta de infraestrutura integrada comprometem a coesão territorial e dificultam a circulação de bens, pessoas e ideias. Apesar disso, a integração mantém relevância geopolítica, configurando-se como instrumento de resistência à dependência externa e de afirmação da soberania latino-americana.

As implicações práticas e teóricas deste estudo apontam para a necessidade de um novo modelo de regionalismo, capaz de conciliar crescimento econômico com desenvolvimento sustentável, integração produtiva e inclusão social. O fortalecimento da governança regional, a retomada do diálogo político multilateral e o estímulo à participação cidadã são caminhos essenciais para revitalizar o projeto integracionista. A incorporação de agendas verdes, educacionais e culturais pode ampliar o alcance do Mercosul e consolidar um sentimento de identidade compartilhada entre os povos latino-americanos.

Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se a investigação comparativa entre o Mercosul e outras experiências regionais, como a União Europeia ou a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), de modo a identificar boas práticas institucionais aplicáveis ao contexto latino-americano. Ademais, estudos empíricos sobre os efeitos sociais e ambientais dos acordos comerciais extrarregionais — especialmente o tratado Mercosul–União Europeia — podem oferecer subsídios importantes para políticas públicas mais equitativas e sustentáveis.

Conclui-se, portanto, que o futuro da integração latino-americana depende da capacidade do Brasil de exercer uma liderança cooperativa, voltada à solidariedade e ao fortalecimento institucional do Mercosul. Reafirma-se, assim, a importância do tema e a contribuição deste estudo para a compreensão dos caminhos possíveis de um Mercosul mais democrático, sustentável e integrado, capaz de transformar o ideal histórico de unidade latino-americana em realidade concreta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma história do Mercosul (1): do nascimento à crise. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 119, p. 106-114, 6 abr. 2011a. Disponível em: <https://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13086>. Acesso em: 4 set. 2025.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma história do Mercosul: desvio dos objetivos primordiais (2). **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 120, p. 114-119, 30 abr. 2011b. Disponível em: <https://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13250>. Acesso em: 4 set. 2025.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1997.

BARCELO, Nastasia; BARRENENGOA, Amanda. O MERCOSUL diante da desaceleração do comércio intraregional e da dinâmica de desintegração entre 2012 e 2022: análise e perspectivas atuais em uma perspectiva autonomista. **Estudos Internacionais**: revista de relações internacionais da PUC Minas, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 108–125, 2024. DOI: 10.5752/P.2317-773X.2023v11n3p108-125. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/estudosinternacionais/article/view/30556>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BAUMANN, Renato. Mercosul: origens, ganhos, desencontros e perspectivas. BAUMANN, Renato (Org.) **Mercosul: avanços e desafios da integração**. Brasília: Ipea: Cepal. 2001. p. 19-69. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11910/1/Mercosul_origens_ganhos_d_encontros.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

BERNHARD, Gabriel Henrique Fuchs. **Quais os impactos potenciais do acordo Mercosul-UE para o Brasil e seu agronegócio**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **MERCOSUL**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-de-integracao-regional/mercosul-1/mercosul>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BURGES, Sean. Como se manter um líder sem seguidores: a política externa do Brasil sob Lula III. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, [S. l.], n. 9, p. 38–57, 2024. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/185>. Acesso em: 11 nov. 2025.

CNN BRASIL. O que há no acordo UE–Mercosul e por que ele é controverso. 3 set. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/o-que-ha-no-acordo-ue-mercosul-e-por-que-ele-e-controverso/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

DRI, Clarissa; FERRARI, Maria Eduarda S.. Integração regional nos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022): agenda decisória no Mercosul e na Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 293–318, 2025. DOI: 10.30612/mones.v14i27.17582. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/17582>. Acesso em: 11 nov. 2025.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERRARI, Hamilton; BENEVIDES, Gabriel. Brasil responde por 72% do PIB nominal do Mercosul. **Poder360**, 4 jul. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/brasil-responde-por-72-do-pib-nominal-do-mercosul/>. Acesso em:

FERREIRA, José Paulo Silva. Dificuldades de avanço no Mercosul diante dos enfrentamentos crescentes entre Brasil e Argentina. **Observatório de Regionalismo**, 25 out. 2024. Disponível em: <https://observatorio.repri.org/2024/10/25/dificuldades-de-avanco-no-mercosul-diante-dos-enfrentamentos-crescentes-entre-brasil-e-argentina/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FMI. **World Economic Outlook database**: April 2025. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/weo/weo-database/2025/april/weo-report?c=213,218,223,288,298&s=NGDPD&sy=2020&ey=2025&ssm=0&scsm=1&ssd=1&scc=1&ssc=1&sic=0&sort=country&ds=.&br=0>. Acesso em: 12 nov. 2025.

G1. Acordo com o Mercosul: o que está em jogo para quem apoia e para quem resiste. **G1**. 3 set. 2025 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/09/03/acordo-com-o-mercosul-o-que-esta-em-jogo-para-quem-apoia-e-para-quem-resiste.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

GOMES, Márcio; PINOTTI, Fernanda. Von der Leyen à CNN: Estou confiante com acordo UE–Mercosul em dezembro. **CNN Brasil**, 6 nov. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/von-der-leyen-a-cnn-estou-confiante-com-acordo-ue-mercosul-em-dezembro/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

GONÇALVES, Eduardo Parenti; PAULA, Leonardo Gioachini de. Comércio internacional e desenvolvimento sustentável: as ineficiências do acordo MERCOSUL-UE. **Revista do IBRAC**, [S. l.], n. 2, p. 147–168, 2023. Disponível em: <https://revista.ibrac.org.br/revista/article/view/32>. Acesso em: 11 nov. 2025.

KEGEL, Patrícia Luiza; AMAL, Mohamed. Perspectivas das negociações entre o Mercosul e a União Europeia em um contexto de paralisação do sistema multilateral e da nova geografia econômica global. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 341–359, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/49h7Pm5XymVhZMDsWTM7xZC/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2025.

LOPES, Irving Rocha Monteiro; FARIA, Luíza Cristina de Castro; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Mercosul: problemas estruturais e o dilema da classificação frente aos modelos de bloco econômico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 199–215, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7692527. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/507>. Acesso em: 11 nov. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARINGONI, Gilberto. Mercosul – Uma história que vem de longe. **Ipea**. 20 set. 2011. Disponível em: https://ipea.gov.br/desafios/index.php?id=2574%20%3Acatid%3D28&option=com_content. Acesso em: 11 nov. 2025.

MARTINS, Juliane Caravieri. Perspectivas da integração regional laboral no Mercosul ante os reveses na proteção ao trabalho digno. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 33, p. 127–147, 2019. DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2018.133698. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/prolam/article/view/133698>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MERCOSUL. **Países do MERCOSUL**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercopol/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves de; MENDES, Aline. Rumo à Integração? A internacionalização da TV pública brasileira como estratégia de política externa durante o governo Lula (2003-2010). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 16, n. 33, p. 210–240, 2025. DOI: 10.63595/rbhcs.v16i33.17947. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/17947>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ONUJI, Janina. A retomada da integração regional à luz da liderança internacional do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 136, p. 103–112, 2023. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i136p103-112. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/revusp/article/view/211783>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PESSOA, Luan Oliveira; SOUZA, Lucas Eduardo Silveira de. A integração fronteiriça no Mercosul: histórico, balanço e perspectivas nos 30 anos do bloco. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 10, n. 1, p. 222–252, 2021. DOI: 10.36311/2237-7743.2021.v10n1.p222-252. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12556>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PINTO, Rafael Cesar Ilha. O Brasil e a integração regional: o descompasso entre o incentivo estatal e a adesão social. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 9, p. 15776–15805, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N9-123. Disponível em:

<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1348>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **A formação das Nações latino-americanas**. 2. ed. São Paulo: Atual, SP: Ed. UNICAMP, 1986.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 3, n. 3, 1949.

SANAHUJA, José Antonio. Acordo Mercosul-UE: por uma cláusula ambiental vinculativa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/acordo-mercopol-ue-por-uma-clausula-ambiental-vinculativa.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SANTIAGO, Leia Adriana da Silva. Trajetórias da integração latino-americana. **Anuario Digital de Investigación Educativa**, [S. l.], n. 21, 2019. Disponível em: <https://revistas.bibdigital.uccor.edu.ar/index.php/adiv/article/view/3541>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SANTOS, Monique Awad et al. MERCOSUL: origem histórica, atuação e participação do Brasil no bloco. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA, 22., 2019, Salvador. **Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica - SEMOC**. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2019. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/90cea209-6664-4e93-885b-7e46892c3f02/content>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SOARES FILHO, José. MERCOSUL: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução. **Revista CEJ**, Brasília, v. 13, n. 46, p. 21-38, jul./set. 2009. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/1283>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SOUZA, Tamara Beninca de. **Análise do acordo de integração comercial Mercosul-UE e os possíveis impactos na economia brasileira**. Foz do Iguaçu: Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2024. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/9f4ec203-04b7-4238-87bf-5a5a420bd188/content>. Acesso em: 11 nov. 2025.

UOL. Acordo Mercosul–UE deve ser assinado até 20 de dezembro. **UOL**. 6 nov. 2025. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/11/06/acordo-entre-mercosul-e-ue-deve-ser-assinado-ate-20-de-dezembro.htm>. Acesso em: 10 nov. 2025.

VIEIRA, Pedro Abel; POSSAMAI, Antônio Márcio; CONTINI, Elisio. Impactos do acordo MERCOSUL-UE sobre a agricultura brasileira. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 8, p. 17-18, ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/80220>. Acesso em: 11 nov. 2025.

VIGEVANI, Tullo; JÚNIOR, Haroldo Ramanzini. Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 517–552, abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/X5MthYt8gwNNxq9Bqmq4nQP/?lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2025.

VUONO, Gabriel Dib Daud de; IGLECIAS, Wagner Tadeu. Integração latino-americana em disputa?: Mercosul, três décadas entre regionalismos. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp.3, p. e023031, 2023. DOI: 10.14244/tp.v32iesp.3.1028. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/1028>. Acesso em: 11 nov. 2025.